

Jornalismo ambiental e decolonialidade: a ênfase em ouvir outras vozes

Eloisa Beling Loose¹

Patrícia Kolling²

Janaína Capeletti³

Resumo

A ampliação da discussão decolonial nos estudos do Jornalismo evidencia uma série de pressupostos do jornalismo ambiental, ainda que nem sempre nomeado dessa forma. Nosso objetivo neste texto é debater a relevância da pluralidade de vozes, rompendo com a perspectiva de que as fontes oficiais teriam mais valor do que aquelas ditas cidadãs. O jornalismo comprometido com o meio ambiente assume como imprescindível que os apagamentos historicamente legitimados pelo jornalismo hegemônico sejam revistos. A proposta é apresentar um debate teórico sobre o tema e exemplificar questões derivadas de pesquisas que observaram quais são as vozes acionadas no jornalismo que cobre o meio ambiente, refletimos sobre pontos comuns entre esta especialidade e o olhar decolonial.

Palavras-chave: Jornalismo ambiental. Decolonialidade. Pluralidade de vozes.

Environmental journalism and decoloniality: the emphasis on listening to other voices

Abstract

The expansion of the decolonial discussion in Journalism studies highlights a series of assumptions of environmental journalism, although not always named in that way. Our objective in this text is to debate the relevance of the plurality of voices, breaking with the perspective that official sources would have more value than those so-called citizens. Journalism committed to the environment assumes that it is essential that the erasures historically legitimized by hegemonic journalism be reviewed. The proposal is to present a theoretical debate on the subject and exemplify questions derived from research that observed which voices are used in journalism that covers the environment, we reflect on common points between this specialty and the decolonial perspective.

Keywords: Environmental journalism. Decoloniality. Plurality of voices.

¹ Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, e vice-líder o Grupo de Pesquisa (GP) Jornalismo Ambiental da UFRGS. E-mail: eloisa.beling@gmail.com.

² Doutora em Comunicação pela UFRGS. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Campus Araguaia. Integrante do GP Jornalismo Ambiental da UFRGS. E-mail: patikolling@gmail.com.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFRGS. Integrante do GP Jornalismo Ambiental da UFRGS. Possui especialização em Responsabilidade Social e Sustentabilidade pela ULBRA e em Cultura Digital e Redes Sociais pela Unisinos. E-mail: janacapeletti@gmail.com.

Introdução

Apesar da perspectiva decolonial⁴ ser recente no âmbito dos estudos do Jornalismo, há vários aspectos que, com maior ou menor ênfase, já estavam associados a um olhar diferenciado, sobretudo ligados ao jornalismo alternativo ou a especialidades que defendiam uma outra forma de construção da realidade, diversa da propagada pelo sistema hegemônico. O jornalismo ambiental é um desses casos que, desde suas origens, questiona a exploração da natureza, um dos eixos mantenedores da matriz colonial (MIGNOLO, 2017). Destaca-se que essa perspectiva nasce com os movimentos ecologistas, abordando a preservação do meio ambiente “[...] a uma exigência de igualdade homens/mulheres, de justiça social e de emancipação política” (FERDINAND, 2022, p. 26) e que, aos poucos vai compreendendo o peso das questões raciais e coloniais, incorporando as lentes de uma ecologia decolonial — aquela que percebe na gênese da crise ambiental a questão colonial, inspirando-se nos pesquisadores e militantes dos estudos latino-americanos.

Neste texto, enfatizamos que a manutenção da colonialidade, um processo que sobrevive e se renova em vários âmbitos, é sustentada pela colonização do meio ambiente, ressaltando a perspectiva de uma prática jornalística crítica e comprometida com o saber ambiental (LEFF, 2001). A colonialidade da natureza significa mais do que a exploração de bens naturais, pois engloba os modos de ser e viver dos que habitam e dependem dela para sobreviver. Para Walsh (2008), a colonialidade da natureza seria a própria colonialidade da vida, já que a dominação estaria presente em todos os tipos de relações.

Já a ecologia decolonial, conforme afirma Ferdinand (2022, p. 210), se opõe às formas de habitar o mundo que advêm da prática colonial, sendo esta “[...] uma maneira que faz dos ecossistemas da Terra recursos visando ao enriquecimento de alguns ao mesmo tempo que mantém populações inteiras em insegurança alimentar”.

O jornalismo ambiental, enquanto prática engajada e questionadora do sistema atual que não respeita os limites do planeta (BUENO, 2007a; LOOSE; GIRARDI, 2021), estaria à frente desse mesmo embate contra a lógica colonial. Para demonstrarmos como essa crítica é persistente e está integrada aos pressupostos da prática, trazemos o debate do pluralismo das fontes que costumam ser apagadas ou invisibilizadas dos relatos

⁴ Utilizamos o termo decolonial para nos colocar em contraposição à colonialidade, o processo que se mantém apesar do rompimento com o colonialismo (CASTRO GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007).

jornalísticos, especialmente aquelas que confrontam o *status quo*. Destaca-se que nos referimos aqui há diferentes perspectivas e pontos de vista sobre um fenômeno ou acontecimento, pois a quantidade e diversidade de fontes consultadas não resulta, automaticamente, em uma notícia ou reportagem que apresente versões diferentes. É possível ter várias fontes que partam de um mesmo entendimento, algo que impede a pluralidade de vozes da qual estamos falando aqui.

A partir de pesquisa bibliográfica e da exemplificação de dois estudos que trazem *insights* para pensar as perspectivas representadas nas notícias (KOLLING, 2022; LOOSE, 2021), desenvolvemos a argumentação sobre o potencial da pluralidade de vozes para colaborar com a coexistência do olhar decolonial. Na primeira parte do texto discutimos a colonialidade e o papel do jornalismo neste contexto. Em seguida tratamos das aproximações entre o jornalismo ambiental e o pensamento decolonial, na tentativa de se opor à prática colonial, enfatizando a pluralidade de vozes. Por fim, discutimos o pluralismo, trazendo exemplos de pesquisas que observaram outras fontes sendo contempladas na construção dos acontecimentos. Ao final, refletimos como a pluralidade de fontes, uma das bases do jornalismo ambiental, deve ser transversalizada para todo o campo jornalístico a fim de romper com a lógica dominante que reforça apenas alguns pontos de vista.

129

Colonialidade: o que o jornalismo tem a ver com isso?

A colonização da América pelos países europeus é marcada por uma lógica de desumanização, característica da colonialidade (MALDONADO-TORRES, 2019). Conforme Quijano (2005), na condição de centro do capitalismo mundial, a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas impôs seu domínio sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as a um sistema mundo que se constituía e a seu padrão específico de poder.

Quando os europeus aqui chegaram, no século XVI, entre 1 e 8,5 milhões de pessoas moravam nas terras da América do Sul. Na Amazônia, Brasil central e costa nordeste eram de 6,8 milhões de habitantes. No final do século XV, a densidade demográfica na várzea amazônica era de 14,6 habitantes/km² enquanto na Península Ibérica era de 17 habitantes/km² (CARNEIRO DA CUNHA, 2006). Ou seja, viviam nesse território centenas de povos originários com suas culturas e sistemas de vida, e a

densidade populacional era significativa, o que desmistifica a perspectiva de um continente pouco habitado a ser colonizado por europeus e reforça a mensagem de que a América foi invadida. Entretanto, durante muitos séculos, a informação propagada era a de que a América era um espaço que precisava ser civilizado pelos europeus. “Territórios indígenas são apresentados como ‘descobertos’, a colonização é representada como um veículo de civilização, e a escravidão é interpretada como um meio para ajudar o primitivo e sub-humano a tornar-se disciplinado” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 33).

Para os europeus, que chegaram às terras desconhecidas e encontraram formas de organização social totalmente diferentes das suas, as sociedades indígenas não eram consideradas como tais. “Essa gente não tem lei, nem fé, nem rei, não obedece a ninguém, cada um é senhor de si mesmo. Vive *secundam naturam* e não conhece a imortalidade da alma” (CARNEIRO DA CUNHA, 2014, p. 184), assim descrevia a carta de Américo Vespúcio. Portanto, cabia ao Estado fornecer-lhes possibilidade de saírem de uma natureza bruta e formarem uma sociedade civil.

Os aspectos citados demonstram a relação de dominação e superioridade que se instaura na América com a chegada dos europeus. A América é vista como um continente exuberante e rico, mas que precisa ser conquistado, convertido e domesticado. Pacheco de Oliveira (2016) ressalta que os critérios raciais — o sangue europeu e a brancura da pele — foram importantes para funcionar como sinais diacríticos de poder, distinguindo primária e visualmente, os direitos e as obrigações de cada segmento da colônia. De um lado posicionava-se a elite dirigente (europeizada) e de outro, os indígenas (na condição de coletivos) e os afrodescendentes (escravizados e livres). Quijano (2005) explica que os colonizadores codificaram com cor os traços fenotípicos dos colonizados, assumindo como a característica emblemática da categoria racial. Os dominantes chamaram a si mesmo de brancos e a todos os que não eram europeus de índios. Essa foi uma maneira de outorgar legitimidade e naturalizar as relações de dominação impostas pela conquista, fortalecendo as antigas práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados.

Os grupos de povos colonizados foram considerados com uma única raça, sem levar em conta as profundas diferenças que essas populações apresentam entre si. “Com este termo, índios, os conquistadores rotulavam as populações mais diversas desde o norte até o sul do continente americano” (MELATTI, 1993, p. 19). Todos aqueles que não eram europeus eram considerados índios. Membros de sociedades tão distintas como os

Incas e os Tupinambás, que falavam línguas completamente diferentes, que tinham os costumes mais diversos, eram categorizados da mesma forma. Melatti (1993) destaca que, sob a perspectiva biológica, de modo algum os indígenas podem ser olhados de forma homogênea. A diversidade linguística, as práticas culturais, de costumes e produção de artefatos também marcam a diferenciação das etnias brasileiras e de toda a América.

Com isso, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental, com o controle de todas as formas de subjetividade, da cultura e em especial do conhecimento. Esse processo de dominação e inferiorização do Outro, não aconteceu apenas com os indígenas, como citado acima, mas seguiu sendo movimentado a partir da captura de africanos que eram justificadamente escravizados. E depois, após o fim da escravidão, tal estrutura permitiu que naturalizássemos as diferenças, internalizando o colonialismo em um mesmo território.

Portanto, esse projeto não se encerra com a independência política formal das colônias nos séculos XIX e XX, pois as lógicas, estruturas e hierarquias de dominação permanecem nos imaginários e instituições da sociedade. Hoje, podemos identificar que o modelo colonial se atualizou, com novas estratégias, mas segue oprimindo e explorando aquilo e aqueles que são considerados pelas forças dominantes como de menor valor. Desta forma, a colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir mesmo da ausência de colônias formais.

Mas, de que forma o jornalismo se conecta com a colonialidade? A prática jornalística se constitui em um momento no qual a colonialidade já está presente nas estruturas sociais. Os veículos tradicionais (*mainstream*) acabam contribuindo para a manutenção das diferenças e fortalecimento da lógica já estabelecida, dando visibilidade àquilo que era desejável e indesejável (GOÉS, 2017).

Do final do século XIX até meados do século XX, quando o Brasil começou a se “modernizar”, o jornalismo foi disparando uma série de marcações para a definição dos acordos e dos desacordos sobre a identidade no país. O Outro não era mais o selvagem, o índio ou o negro africano do início da colonização, mas aquele identificado como o subproduto das miscigenações, um povo misturado e, essencialmente, pobre. Essa diferença incômoda, perigosa, inimiga era o mal que atrapalhava o desenvolvimento dos projetos da elite nacional e o futuro do país (GÓES, 2017, p. 82).

Portanto, Góes (2017) afirma que há uma colonialidade jornalística na concepção hegemônica da prática, direcionada pela ideologia das elites dominantes. O autor debruça-se sobre a construção do Outro no Brasil, destacando o racismo constituidor das identidades nacionais. Porém, o pensamento colonial repercute em todos os âmbitos, inclusive nas impressões e compreensões do que é a natureza, que atravessam os pressupostos do jornalismo ambiental. Ao tratar a natureza apenas como recurso a ser explorado, reforça-se a lógica extrativista e o distanciamento de que a humanidade também é uma espécie pertencente ao meio ambiente. A separação sociedade-natureza, reproduzida pelo jornalismo, facilita a subjugação de outras formas de vida ao entender como “natural” a superioridade da espécie humana.

Traquina (2005, p. 200), embora trate dos critérios tradicionais do jornalismo, pontua que ele atua como uma força conservadora (que mantém a colonialidade), mas também “[...] reconhece que pode constituir um recurso para os agentes sociais que contestam o *status quo* e os valores dominantes”, ou seja, o “[...] jornalismo é um Quarto Poder que defende o *status quo*, mas periodicamente realiza o seu potencial de contrapoder” (*ibid.*, p. 201). Logo, é possível compreender que as diferentes modalidades de jornalismo e até mesmo a atuação nas brechas do sistema hegemônico podem simbolizar tais posturas, ainda que haja ampla dominância da primeira força. Carvalho (2023, p. 133) enxerga o jornalismo como um ator social colonizado e, ao mesmo tempo, colonizador, destacando que, ao buscar “[...] procedimentos de suposta validade universal que ao fim levam a padronizações que não dão conta das diversidades, contradições, fraturas, jogos de poder e disputas de sentido implicados nos acontecimentos, atrizes e atores sociais que constituem as referências para as narrativas jornalísticas”, contribui para manter e reforçar as colonialidades do poder e do saber.

O campo jornalístico segue uma série de regras e normas institucionalizadas (TRAQUINA, 2005), entre elas a de valorizar as fontes oficiais — aquelas que ocupam posição de autoridade em alguma organização e são mais credíveis, pois se acredita que irão repassar informações verdadeiras. A valorização das fontes oficiais reflete exatamente a relação de dominação e inferiorização do outro constituída no período colonial. Os princípios do jornalismo, como objetividade, neutralidade e universalidade, são oriundos das epistemologias eurocêtricas (CARVALHO, 2023), que ignoram a pluralidade de saberes e formas de existência que escapam desse modelo imposto.

Contudo, entende-se que o jornalismo busca trazer informações sobre a realidade e constitui-se como uma forma de conhecimento, que “[...] é condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjetividade daqueles que participam desta produção. Estará também condicionada pela maneira particular como é produzida” (MEDITSCH, 1997, p. 10). Portanto, a construção da notícia é afetada por inúmeros fatores que levam a interagir socialmente e a realizar uma série de negociações durante o processo de produção — ainda que fortemente influenciados pelos valores dominantes.

O jornalismo da modernidade ocidental, inserido na lógica colonial eurocêntrica, carrega em si uma hegemonia do pensar. Sob este modelo, aqueles que estão à margem deste ideal, são vistos como Outros, ou seja, têm suas vozes abafadas e suas existências subalternizadas. Moraes (2022), ao defender o jornalismo de subjetividade, critica o uso da objetividade e dos critérios de noticiabilidade como mantenedores da desumanização dos Outros e de todo o tipo de desigualdade, afinal há valores sociais que perpassam a orientação de como se operacionaliza as normas jornalísticas. Assim como Moraes (2022), Loose e Girardi (2021) ressaltam que o jornalismo hegemônico acaba atuando como instrumento a favor do capital e do pensamento colonial, mas outras formas divergentes, críticas e plurais, podem (e devem) coexistir.

133

Decolonialidade e aproximações com o jornalismo ambiental

O jornalismo ambiental é uma das modalidades jornalísticas que enfrenta a perspectiva colonial por incorporar uma outra visão do que é meio ambiente (associada à ecologia decolonial) e defender a sustentabilidade da vida (LEFF, 2016), em suas múltiplas formas de existência. O jornalismo feito desde a perspectiva do Sul, já questiona várias lógicas impostas do Norte Global, mas a discussão sobre o papel-chave da dominação da natureza na continuidade da colonialidade costuma ser periférica no âmbito comunicacional.

Um dos exemplos disso é a proposição de Torrico Villanueva (2019) a respeito da comunicação “ex-cêntrica”, aquela que rompe com o grupo “superior” e atravessa as fronteiras definidas pelo Ocidente. Para isso, é necessário pensar a partir das experiências da subalternidade, encontrando nessa comunicação uma rota alternativa ao proposto pelo “centro”. “Decolonizar, em nosso caso, quer dizer deixar de ver a comunicação e seu campo com os olhos da tecnocracia, do mercado e da fé cega para

retomar o controle político e recuperar o conteúdo libertador em seu sentido e prática” (TORRICO VILLANUENA, 2015, p. 109).

Ferdinand (2022) afirma que desde o início dos anos 1990 pesquisadores da América Latina trabalham sob a perspectiva do pensamento decolonial, como uma crítica epistêmica das categorias de pensamentos do mundo que foram impostas pela colonização, em particular uma colonialidade do poder baseada na raça. “Assim, o esforço decolonial constitui uma ‘decolonização epistemológica’ que subverte as maneiras coloniais de pensar o mundo, as existências no seio deste e seus saberes, uma tentativa de se livrar da “colonialidade do ser” e da “colonialidade do saber” (*ibid.*, p. 199). Contudo, o que reforçamos aqui é a abordagem decolonial trazida a partir da desnaturalização de um meio ambiente colonizado.

No Brasil, o jornalismo ambiental nasce a partir da eclosão dos movimentos ecologistas e compartilha de uma posição ativista, comprometida com o cuidado ambiental. Conforme indicam Loose e Girardi (2021), para que o jornalismo ambiental consiga exercer seu papel é preciso decolonizar a prática, rompendo com a lógica hegemônica do pensamento científico binário e cartesiano, que fragmenta os conhecimentos. Dentre as bases do jornalismo ambiental (LOOSE; GIRARDI, 2017), a pluralidade de vozes é constantemente acionada. Importante mencionar que este é um critério não exclusivo do jornalismo ambiental, sendo reforçado como característica que qualificaria o jornalismo de forma geral. Kischinhevsky (2013) observou que os termos “pluralidade” e “diversidade” são citados na área do Jornalismo, mas tidos como conceitos autoevidentes, que dispensariam qualquer explicação ou debate. Contudo, é preciso destacar que a pluralidade de vozes ou a presença de várias fontes no texto jornalístico nem sempre significa diversidade de versões ou pontos de vista. A verdadeira pluralidade, portanto, está na diversidade (diferentes) de versões e pontos de vistas.

Apontamos ainda que Karppinen (2018) faz uma distinção entre pluralismo e pluralidade e/ou diversidade, sendo o primeiro termo mais atrelado a uma orientação normativa, considerando a multiplicidade de olhares como um valor jornalístico, enquanto os segundos costumam ser mobilizados com um sentido mais empírico. Neste texto tratamos das duas orientações, de maneira complementar.

O jornalismo ambiental reforça a necessidade de dar visibilidade àqueles que possuem relações próximas, tradicionais e/ou sagradas com a natureza (diferentemente das fontes geralmente ouvidas pelo jornalismo, que a enxerga apenas como potencial de

exploração econômica). Nesta mesma linha, Bueno (2007, p. 36) ressalta a necessidade desse jornalismo potencializar o diálogo entre múltiplas vozes, numa perspectiva holística e multidisciplinar, deixando claro “[...] que o saber ambiental não se confunde ou é privilégio de instâncias especializadas e que, na verdade, é resultado da articulação de múltiplos saberes, com forte e benéfica influência dos saberes, experiências e conhecimentos tradicionais”.

O jornalismo ambiental incorpora a proposta de Leff (2001) de que a epistemologia ambiental demanda um diálogo de saberes, que consiste no encontro de seres diferenciados pela diversidade cultural, orientando o conhecimento para a construção de uma sustentabilidade compartilhada. Tal troca está em consonância com a interdisciplinaridade e complexidade ambiental, necessária para transitarmos de uma racionalidade estritamente econômica para outra, que considere os limites do planeta e a riqueza decorrente da biodiversidade.

Na prática, a construção da notícia é afetada por inúmeros fatores que levam a interagir socialmente e a realizar uma série de negociações durante o processo de produção. No processo de apuração, o jornalista recorre às fontes, pessoas que fornecem informações para a construção das notícias. É a partir dessas consultas que as narrativas são construídas e, conseqüentemente, alguns pontos de vistas são mais (ou menos) visibilizados.

Na busca de credibilidade, frequentemente, os jornalistas recorrem às fontes oficiais e/ou institucionais. Existem também aquelas fontes que podem ser consideradas como não oficiais ou fontes cidadãos, que não são especialistas no assunto, mas vivenciam o cotidiano dos problemas e acontecimentos. Essas últimas costumam servir para “ilustrar” aquilo que é dito pelas autoridades. De modo geral, a práxis convencional recorre aos “experts” para legitimar a informação, reafirmando uma visão colonizadora na qual mesmo que a pauta pretenda falar sobre o Outro e sua realidade, o espaço de fala é dado a especialistas e fontes oficiais. Leal e Carvalho (2015) refletem sobre essa dinâmica do procedimento jornalístico e propõem a substituição do termo “fonte” por “agente”. Para os autores, “fonte” não problematiza o processo de obtenção de informações e sua complexidade, pelo contrário: fonte sugere a ideia de uma informação a ser ofertada naturalmente e que simplesmente é “recolhida” pelos jornalistas.

[...] sugere-se que agentes são pessoas e/ou instituições presentes nos processos e narrativas jornalísticas sobre acontecimentos diversos a partir da dinâmica de disputas de sentido em torno do que (e como) é narrado, propondo pontos de vista que revelam visões sociais de mundo diversas (LEAL; CARVALHO, 2015, p. 617).

Embora não esteja alheio a uma prática sob a influência colonial, o jornalismo ambiental vem contrapor esta lógica e busca novas lentes para observar a relação sociedade-natureza por meio da racionalidade ambiental (LEFF, 2001). É um jornalismo que “[...] pressupõe uma prática que, partindo do tema ecológico, englobe os vários matizes nos quais este tema se desdobra, suas diversas tematizações possíveis, nas quais o jornalismo fala das e deixa falar as diferentes vozes” (GIRARDI *et al.*, 2012, p. 147). Assim, o jornalismo ambiental carrega em sua essência o pensamento decolonial. Maldonado-Torres (2006, p. 117) reforça que a decolonialidade é “o desmantelamento das relações de poder e concepções de conhecimento que fomentem a reprodução das hierarquias de raça, gênero e geopolíticas que se originaram ou encontraram novas e mais poderosas formas de expressão no mundo moderno/colonial”. A decolonialidade é o reconhecimento de múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, bem como de suas consequências para humanos e não humanos.

“As fronteiras, pela perspectiva do projeto decolonial, não são somente o espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos” (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 19). Dessa forma, uma compreensão de mundo mais ampla que a imposta pelo mundo ocidental requer a abertura para a escuta das múltiplas vozes e saberes. Boaventura de Sousa Santos (2007), ao tratar da ecologia dos saberes, ressalta a importância em promover a interação e interdependência entre os saberes científicos e não-científicos, e que esta aproximação não implica descrédito do conhecimento científico, mas que ao dar luz para conhecimentos outros, que não científicos, se promove a sua utilização contra-hegemônica (SANTOS, 2007).

Por fim, como forma de ampliar o debate sobre pluralidade de vozes, são pertinentes as considerações a respeito de lugar de fala, na medida em que este não se refere necessariamente a indivíduos dizendo algo. O conceito de lugar de fala parte da perspectiva de que as visões de mundo se apresentam em posições desiguais. Conforme nos diz Ribeiro (2017, p. 61), “não estamos falando de indivíduos necessariamente, mas

das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania”. Para Pelúcio (2012), o conceito parte das múltiplas condições que resultam nas hierarquias que localizam grupos subalternizados e denuncia a produção de conhecimento geocentrada, consolidada a partir da desqualificação de outros saberes.

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas (PELÚCIO, 2012, p. 399).

O jornalismo ambiental, como especialidade que busca o rompimento com as práticas coloniais, se preocupa com a pluralização de narrativas e perspectivas de mundo. Significa um fazer baseado na desconstrução da matriz hegemônica, ampliando diálogos e não apenas dando “voz”. Este deslocamento epistêmico, a partir da decolonialidade abre caminho para a percepção das diferenças e para a valorização de múltiplos saberes.

Maldonado-Torres (2019) ressalta que o projeto decolonial busca uma outra ordem mundial na qual a coexistência de diferentes mundos, concepções de tempo, espaço e subjetividade possa ser possível. Para que isso aconteça, o jornalismo precisa ser plural. Para que indígenas possam falar por si, que negros tenham seu lugar de fala, homossexuais possam expor suas perspectivas, ribeirinhos e pequenos agricultores possam contar o que vivenciam. Ao proporcionar que diferentes vozes se propaguem por meio dos relatos jornalísticos, há possibilidade de romper com a lógica dominante de que apenas certos agentes têm algo a dizer. Moraes (2022, p. 143) afirma que ainda que ao subverter certas lógicas do jornalismo hegemônico é possível “[...] ajudar a abrir o caminho para o espriamento de presenças representadas precariamente”.

O foco no pluralismo

Como a proposta deste artigo é refletir sobre a pluralidade de vozes e seus reflexos na decolonização do jornalismo, é interessante pensarmos sobre o pluralismo na sociedade moderna. Conforme Berger e Luckmann (2012), o pluralismo nos oferece alternativas diferentes diante dos olhos, o que nos permite refletir, fazer escolhas e nos obriga a tomar decisões, cientes de que existiriam outras escolhas que poderiam ser feitas. Como explicam esses autores, existem as velhas e as novas instituições; enquanto

as velhas continuam cultivando suas interpretações estabelecidas da realidade e a oferecê-las competitivamente na situação pluralista, as novas instituições oferecem novas interpretações e, para tal, recorrem despreocupadamente a tradições de sentido das mais diferentes culturas e épocas, marcadas por alto grau de sincretismo. O pluralismo moderno leva a um enorme relativismo dos sistemas de valores e interpretações. Em outras palavras: os antigos sistemas de valores e interpretações são “descanonizados” e paralelamente, novos conhecimentos passam a ser valorizados por novas instituições que se solidificam.

A diversidade, que resulta do pluralismo moderno, abre a possibilidade de escolhermos as informações que queremos acessar, as notícias que queremos ler ou assistir, as mídias que queremos seguir, e, conseqüentemente, a base para a construção da nossa realidade social e de conhecimentos para constituir nossa forma de pensar. As tecnologias da informação e da comunicação permitem que esta pluralidade de informações, de enfoques, de pontos de vista se propague e chegue a diferentes partes do mundo.

Enquanto as tecnologias digitais permitem a diversidade de vozes na internet, de forma ampla e dispersa, a produção jornalística pode oferecer pluralidade de vozes, no sentido de ampliar pontos de vista sobre um determinado assunto, organizadas em um texto, vídeo ou áudio. Por isso, a ênfase em trazer pontos de vista distintos, como os dos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, que experienciam outras relações com a natureza. Já que, como reforça Martín-Barbero (2006), para a valorização e o reconhecimento das diferentes culturas, é indispensável que a diversidade de identidades nos possa ser contada. Na busca por esse espaço comunicacional, os movimentos sociais têm se organizado para ter suas próprias produções midiáticas, como também para se aproximar dos veículos jornalísticos ofertando diferentes fontes. Um dos exemplos é a pesquisa de Kolling (2022), que demonstra como as organizações do movimento indígena — Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) — têm valorizado as vozes indígenas nas notícias que produzem.

É preciso lembrar que a comunicação (e o jornalismo de forma específica) é uma esfera social na qual valores e interesses de agentes conflitantes estão comprometidos com a reprodução ou implosão da ordem social. Sendo assim, é necessário considerar que muitos interesses estão em jogo, havendo sempre disputas de poderes. As escolhas

referentes a quem serão os entrevistados e quais serão as partes que aparecerão no texto jornalístico revelam o quanto a lógica jornalística trabalha a favor da manutenção da colonialidade ou, contrariamente, buscando decolonizar as narrativas sobre os fatos mais imediatos.

Mesmo os veículos alternativos, que não se enquadram no modelo de jornalismo hegemônico, tendem a encontrar dificuldades para superar o *modus operandi* do campo que favorece entrevistados posicionados em espaços de poder e detentores do conhecimento científico — o único saber reconhecido pela modernidade. A pesquisa de Loose (2021), por exemplo, realizada com sites dedicados à cobertura ambiental, desvinculados de grandes grupos, mostra que, mesmo quando há espaço nas reportagens para ativistas, estes costumam ser celebridades ou ativistas já bastante conhecidos, sublinhando a lógica de pessoas com algum tipo de conhecimento público (como foi constatado com inúmeras notícias que traziam a voz de Greta Thunberg, uma ativista sueca que iniciou as greves pelo clima). Ainda que Thunberg defenda a emancipação dos povos do Sul e reforce o ponto de vista indígena, surge o questionamento se tais mensagens ganhariam atenção pela sua genuína relevância ou somente em razão da notoriedade alcançada pela jovem ativista (branca e escolarizada, e, dessa maneira, mais bem-aceita dentro do escopo da modernidade).

Chama ainda atenção na investigação de Loose (2021) o fato de os indígenas serem citados nas notícias, mas poucas vezes serem consultados para produção de textos. O espaço dado aos indígenas, como entrevistados, foi maior na produção de informações por parte do movimento (KOLLING, 2022). Porém, a pesquisa aponta que até mesmo as notícias produzidas pelo movimento indígena priorizam as fontes que o jornalismo considera como oficiais — representantes e lideranças de entidades e/ou organizações indígenas. De toda forma, essa prática subverte a forma como os indígenas costumam ser representados no jornalismo *mainstream*: a partir das instituições criadas pelo governo, no escopo da cultura eurocêntrica.

“Já chega das pessoas contarem para a gente o que nós somos, o que nós sabemos, tentar contar a nossa história, sabendo que nós mesmos podemos ser protagonistas, que nós mesmos podemos mostrar o que está acontecendo com o nosso povo, nossa cultura, nossa identidade”, destaca a indígena Samela Sateré Mawé (KOLLING, 2022, p. 51).

O jornalismo ambiental, ao valorizar a pluralidade de vozes, contribui para a construção de novos conhecimentos na relação entre a sociedade e os povos indígenas, o meio ambiente, as questões raciais e de gênero. A pluralidade de vozes abre espaço para uma outra ordem mundial, na qual mundos diferentes possam coexistir, e em que as diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividades possam conviver e se relacionar. Como destacam pesquisadoras na área do jornalismo ambiental, a pluralidade de vozes é assumida com o propósito de interromper a construção da realidade baseada em uma só perspectiva e promover um verdadeiro diálogo de saberes (GIRARDI; LOOSE; SILVA, 2018).

Considerações finais

A partir da análise realizada, destacamos como a decolonização da própria ideia do que é natureza é fundante para o desenvolvimento do jornalismo ambiental. Para tanto, ouvir outras formas de ser e saber a relação com o meio ambiente são necessárias. Não há como pensar em outra racionalidade sem se abrir para o diálogo com outros modos de agir no mundo. Se o jornalismo seguir privilegiando as vozes autorizadas pelo sistema capitalista-colonial, estará apenas sustentando o discurso hegemônico que ignora espécies e estilos de vida que não se encaixam no único modelo que é concebível: o que é fruto da modernidade e carrega a desumanização e exploração como processos inerentes ao progresso.

O jornalismo ambiental, ao assimilar como pressuposto de sua prática a ecologia de saberes (SANTOS, 2007) e o saber ambiental (LEFF, 2001), empiricamente almeja a pluralidade e a diversidade de vozes, especialmente daqueles que foram reiteradamente invisibilizados pela mídia hegemônica. Em um sentido mais amplo, assume o pluralismo como ideal normativo para trazer outros olhares e romper com o viés que alimenta a colonialidade do campo jornalístico (GOÉS, 2017).

Observa-se que, tradicionalmente, as escolhas editoriais brasileiras seguem baseadas pela escuta de fontes especializadas e/ou oficiais em detrimento das vozes afetadas pelas questões socioambientais, reforçando discursos apartados, entre homem e natureza, e a desvalorização ou apagamento do Outro. O jornalismo ambiental se coloca numa posição de confrontação com esta perspectiva e vai além: ao fugir do reducionismo, propõe uma nova epistemologia considerando formas plurais de produção de

conhecimento e ampliando fronteiras a partir do pensamento decolonial. Logo, contribui para a formação de uma sociedade com diferentes olhares e verdadeiramente democrática.

Referências

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido** – A orientação do homem. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFUGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n.1, p. 15-24, 2016.

BUENO, W. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara, 2007a.

BUENO, W. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 15, p. 33-44, 2007b.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CARVALHO, C. A. **O jornalismo, ator social colonizado e colonizador**. Curitiba: CRV, 2023.

CASTRO GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. pp.9-23.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu editora, 2022.

GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B. Interfaces entre o debate colonial e os estudos de jornalismo ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 58, p. 319-333, 2021.

GIRARDI, I. M. T.; MASSIERER C.; LOOSE, E. B.; SCHWAAB, R. Jornalismo ambiental: caminhos e descaminhos. **Comunicação e Sociedade**, v. 34, n. 1, p. 131-152, 2012.

GÓES, J. C. **O jornalismo e a experiência do invisível: identidades, lusofonias e a visível herança colonial brasileira**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2017.

KARPPINEN, K. Journalism, pluralism and diversity. In: T. Vos (ed.). **Journalism**, Berlin, v. 19, 2018.

KISCHINHEVSKY, M. Por qual diversidade lutar? Desafios à regulação no rádio musical brasileiro. In: DANTAS, M.; KISCHINHEVSKY, M. (org.). **Políticas públicas e pluralidade na comunicação e na cultura**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2013.

KOLLING, P. **Notícias do Movimento Indígena Brasileiro**: Análise de conteúdo da produção da Apib e Coiab na pandemia da Covid-19. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

LEAL, B.; CARVALHO, C. A. De fontes a agentes jornalísticos: a crítica de uma metáfora morta. **Revista Intexto**, Porto Alegre, set/dez 2015, pp. 606-622. Acesso em: 23 de maio de 2023.

LEFF, E. **A aposta pela vida**: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

LOOSE, E. B. **Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul**: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade. Tese (Programa de pós-graduação em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2021.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, J. B.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Org.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Cesaire's gift and the decolonial turn. **Radical Philosophy Review**, v. 9, n. 2, p. 111-138, 2006.

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidade, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis (org.). **Sociedade Mdiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p.51-80.

MEDITSCH, E. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência realizada nos cursos da Arrábida – Universidade de Verão. Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. 7. ed., São Paulo: Hucitec, 1993.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: ContraCapa Editora, 2016.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Revista Contemporânea**, São Carlos, v. 2, nº 2, p. 395-418, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber – Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005, p.117-142.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, p. 3-46, 2007.

TORRICO VILLANUEVA, E. Decolonizar la comunicación. In: **Anais do Congresso Internacional Comunicação, Decolonización y Buen Vivir**. Quito. Quito: Ciespal, 2015.

TORRICO VILLANUEVA, E. Para uma comunicação ex-cêntrica. **MATRIZES**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 89-107, 2019.

TRAQUINA, N. **A tribo jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional. (Teorias do jornalismo, v. 2). Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p.131-152, 2008.

Submissão: 10 de mai. 2023

Aceite: 16 de jun. 2023.